

Os militares na liberalização do regime autoritário brasileiro (1974-1985)

Aloysio Castelo de Carvalho*

Resumo:

Este artigo defende a ideia de que a liberalização do regime autoritário desencadeada no Brasil após 1974 resultou da disputa interna entre os dirigentes militares pelo controle do Estado. Dados extraídos da Escola Superior de Guerra (ESG) evidenciam que a liberalização foi uma estratégia amadurecida e articulada ainda durante o governo Médici. Os dirigentes buscavam ampliar a legitimidade do regime quando se decidiram pela liberalização, que foi implementada no rastro de um momento favorável da economia e encontrou condições para se viabilizar e se desdobrar em uma transição negociada em virtude das tradicionais instituições do sistema político não terem sido eliminadas, mas manipuladas sob controle autoritário. Isso possibilitou, a partir de 1974, a revitalização dos mecanismos representativos clássicos, eleitorais e partidários, quando foram ampliados os canais de comunicação com a sociedade. Nesse sentido, a política da distensão/abertura distinguia-se do projeto de democratização aspirado por diversos setores da oposição. A implementação das medidas liberalizantes iniciadas por Geisel estava condicionada à institucionalização de um tipo de regime pós-autoritário com restrições democráticas.

Palavras-chaves: Regime autoritário; Militares; Liberalização.

Abstract:

This paper supports the idea that the liberalization regime unleashed in Brazil after 1974 resulted from infighting among the military leaders for control of the state. Data extracted from the Superior School of War show that liberalization was a strategy matured and articulated still in the Medici government. The leaders sought to expand the regime's legitimacy when they decided to liberalization, which was implemented in the wake of a currently favorable economic conditions and found to be feasible and unfold in a negotiated transition because of the traditional institutions of the political system have not been eliminated but handled under authoritarian control. This led, in 1974, revitalizing the classic mechanisms of representation, electoral and party, when were expanded the channels of communication with society. In this sense, the policy of distention / opening distinguished from the project of the democratization pursued by various sectors of the opposition. The implementation of liberalization measures initiated by Geisel was conditioned to the institutionalization of a kind of post-authoritarian regime with democratic constraints.

Key words: Authoritarian regime; Military; Liberalization.

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Autor de *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-1964)*. Rio de Janeiro: EDUFF/NITPRESS, 2010. aloysio.carvalho@globo.com .

Este trabalho¹ defende a ideia de que a liberalização do regime autoritário desencadeada no Brasil após 1974 resultou da disputa interna entre os dirigentes militares pelo controle do Estado. Dados extraídos da Escola Superior de Guerra (ESG) evidenciam que a liberalização foi uma estratégia amadurecida e articulada ainda durante o governo do general Emílio Médici (1969-1974). Os dirigentes buscavam ampliar a legitimidade do regime quando se decidiram pela liberalização, que foi implementada no rastro de um momento favorável da economia e encontrou condições para se viabilizar e se desdobrar em uma transição negociada em virtude de as tradicionais instituições do sistema político não terem sido eliminadas, mas manipuladas sob controle autoritário. Isso possibilitou, a partir de 1974, a revitalização dos mecanismos representativos clássicos, eleitorais e partidários, quando foram ampliados os canais de comunicação com a sociedade.

A proposta de liberalização ressurgiu no governo Médici, em um contexto de questionamento do modelo político institucional adotado após a decretação do Ato Institucional n. 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. Duas indagações estiveram em pauta. Ao fim desse governo, as Forças Armadas completariam dez anos na condução do Estado. Deveria haver um tempo limite, um termo final para a intervenção dos militares ou esta deveria ser permanente, sem prazo preciso? Considerando que o recrudescimento do autoritarismo após o AI-5 levou a um distanciamento dos propósitos originais anunciados em 1964, qual o regime a ser adotado?

Esse debate tomou corpo em meados do ano de 1970, mas vamos considerá-lo aberto em novembro de 1969 com o discurso do senador governista Milton Campos, da Aliança Renovadora Nacional (Arena), proferido logo após a posse de Médici na Presidência da República. O ex-ministro da Justiça do governo Castelo Branco (1964-1967) defendeu que a “revolução” corrigisse seus erros, não se desvirtuasse e não perdesse seu sentido original. Logo após a morte do líder guerrilheiro Carlos Marighela, da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e ainda sob o clima de posse do novo Ministério e das primeiras afirmações de intenções do Executivo, o senador tomou a tribuna parlamentar para propor que se distinguisse a “revolução” do seu processo: “a revolução há de ser permanente como ideia e inspiração para que, com a colaboração do tempo, invocada pacientemente, possa produzir seus frutos (...). O processo

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “Militares, sociedade e política” do *XIV Encontro Regional de História da Associação Nacional de História (ANPUH-RJ)*, julho de 2010.

revolucionário há de ser transitório e breve, porque sua duração tende à consagração do arbítrio”.²

O ministro da Justiça do governo Médici, Alfredo Buzaid, não concordava com essa posição, nem estava preocupado em fazer a distinção entre revolução como ideário e como processo. Em palestra na ESG, em julho de 1970, noticiada pelo *Jornal do Brasil*, Buzaid procurou sensibilizar as áreas políticas e militares para a ideia de que a institucionalização da “revolução” não podia ter um termo final. No crescer da euforia econômica e com a oposição enfraquecida pela ampliação das medidas repressivas, o ministro defendeu que “a revolução que deseja alcançar seus supremos objetivos e desenvolver em toda a plenitude sua filosofia não deve promover a fixação de prazos e datas; uma revolução em marcha é uma revolução sem termos”.³

O tempo de permanência dos militares na direção do Estado constituiu-se, desde 1964, num ponto de discórdia entre os dirigentes. Sempre foi uma questão em debate o papel que os militares deveriam cumprir no processo de reorganização político-institucional aberto após a deposição de João Goulart pelo golpe de 1964. Com o recrudescimento das formas autoritárias de poder após a decretação do AI-5 e a expansão das ações repressivas comandadas pelas forças de segurança, surgiu um clima de que seria longa, até eterna para alguns, a permanência das Forças Armadas na esfera política. Isso explica por que o tempo dos militares no controle do poder se tornou no governo Médici um dos assuntos discutidos na ESG, ganhando publicidade na imprensa. Dirigentes comprometidos com uma posição mais moderada mantiveram o discurso construído logo após o golpe de 64, segundo o qual a intervenção militar deveria ser limitada no tempo. Em palestra na ESG em setembro de 1971, Roberto Campos articulou a demanda de diminuição do componente de coação do Estado com a ideia de que uma longa permanência das Forças Armadas acabaria por colocar em risco sua capacidade de veto e arbitragem em momentos de crise. Segundo essa concepção, os militares, em 1964, tinham uma missão e não uma função. O ex-ministro do Planejamento no governo Castelo Branco esclareceu que “o papel de missão seria limitado no tempo e preciso nos seus objetivos: corrigir a indisciplina social, estancar a

² *Diário do Congresso Nacional* (Seção III), novembro de 1969, Sábado 8 – 0271.

³ A declaração de Buzaid respondia a uma pergunta de um estagiário da ESG sobre a institucionalização da “revolução”, formulada durante conferência realizada pelo ministro nessa instituição sobre o tema Marxismo e Cristianismo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 de julho de 1970.

inflação, minorar os desequilíbrios sociais, lançar as bases para a retomada do desenvolvimento e compatibilizar as instituições com o reforço da segurança (...). Em contrapartida, as “Forças Armadas assumindo uma função política seriam o verdadeiro partido do desenvolvimento”. Roberto Campos explicou que, no âmbito do pensamento militar, “a primeira escola era denominada de cirúrgica e a segunda, de tutelar”, sendo que, para esta última escola, “a restauração democrática não deveria ter calendário preciso”. Observou, ainda, que a intervenção das Forças Armadas ultrapassara o caráter tradicional de intervenção moderadora, deslocando-se, então, para uma intervenção estabilizadora no plano político e reformista nos planos econômico e social. O grau inédito de intervenção militar assumido após 1964 indicava a necessidade de se estabelecerem limites para o processo em curso. Na sua compreensão, as “Forças Armadas não desejam uma escalada da intervenção estabilizadora para um tipo de intervenção autocrática”, pois isso abriria a “perspectiva de uma reconsideração do problema da institucionalização política”.⁴

O fato de as Forças Armadas assumirem maiores responsabilidades políticas após a crise institucional de 1968 enfraqueceu, sem dúvida, a concepção de que os militares permaneceriam como governo durante um tempo curto de transição. A questão, todavia, não foi banida da agenda de todos os dirigentes. Com a intensificação do autoritarismo no governo Médici, não havia espaço para a definição do tempo de saída como elemento central para as tomadas de decisões. Eis o que motivou o ministro da Justiça Gama e Silva a afirmar, por ocasião do fechamento do Congresso, em 1969, que “dessa vez o tempo não conspirará contra nós”.⁵ A mesma posição defendeu Médici na aula inaugural da ESG em março de 1970. O presidente assinalou que o “Estado revolucionário durará o tempo indispensável à implantação das estruturas”.⁶ Apesar dessas declarações, mantinha-se viva a ideia de que, em algum momento, os militares deveriam retirar-se do exercício direto da política. Tanto é verdade que a proposição de fim do ciclo militar foi novamente introduzida no debate público e apareceu mais nítida no discurso do chefe do Estado-Maior do Exército (EME), no final do ano de 1971. O general Souto Malan sustentou que “(...) está à vista o momento em que a existência de quadros suficientemente amplos (...) permitiria aos militares concentrar-se no exercício

⁴ CAMPOS, Roberto. “Instituições Políticas nos países em desenvolvimento” (1ª parte), palestra realizada na ESG em 18 de setembro de 1971.

⁵ GAMA e Silva. “Conferência inaugural do I Seminário de Segurança Interna”. Cf. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1969.

⁶ MÉDICI, Emílio Garrastazu. “Aula inaugural na ESG”, em 10 de março de 1970, p.14.

de sua profissão (...) podemos, pois, permitir-nos prospecções sobre o processo que se chamaria de desengajamento controlado das Forças Armadas”.⁷ Esta declaração, veiculada pelo *Jornal do Brasil*, teve grande repercussão na opinião pública, alimentando expectativas de que havia setores do regime mobilizados no esforço de restabelecer os princípios originais que antes haviam orientado os processos de governo. Ainda era cedo para imaginar que mudanças liberalizantes ocorreriam. Segundo Tales Ramalho, deputado federal do MDB-PE, o pronunciamento do general Souto Malan era, certamente, “algum indício de abertura”. O chefe do EME não teria emitido apenas uma opinião pessoal, já que suas manifestações foram feitas na presença do ministro do Exército, general Orlando Geisel, por ocasião da cerimônia de entrega da espada aos novos generais.⁸

O debate no governo Médici sobre os rumos que deveria tomar o regime apareceu também vinculado às realizações no campo econômico. Com o fechamento do Congresso após a crise de 1968 e a suspensão do projeto mais moderado manifestado na Constituição de 1967, a estratégia de alcançar a legitimação principalmente pelo desempenho econômico tomou força. Na verdade, a prioridade da ordem econômica em relação à ordem política já se achava presente na fase inicial do regime. O governo Castelo Branco dedicou-se a promover medidas institucionais para reorganizar a administração econômica. Com os bons resultados alcançados – restauração da credibilidade externa, controle do déficit público e da inflação e retomada do crescimento – esperava-se encontrar as condições adequadas para a reorganização da competição política.⁹ Nesse tempo, o cumprimento do calendário eleitoral foi alvo nos debates internos. Existia um clima favorável à defesa de que as eleições de 1965 – a última eleição presidencial ocorrera em 1960, quando se elegeram Jânio Quadros e João

⁷ “Malan vê os civis capazes de assumir o poder”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1971, p.3.

⁸ Comentário feito pelo deputado Tales Ramalho (MDB-PE). “Tarso admite retorno rápido à normalidade”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1971, p.3.

⁹ Concordo que não havia “planos de governo detalhadamente estabelecidos”, a não ser algumas “diretrizes de saneamento econômico-financeiro traçadas por alguns ipesianos”. FICO, Carlos. *Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 74. Todavia, é possível imaginar que os dirigentes mais voltados para a questão da institucionalização política estivessem desde a tomada do poder em 1964 amadurecendo algumas reformas nesse campo, considerando os graves conflitos no governo Goulart. Castelo, segundo Geisel, acreditava em uma “nova Constituição, com o regime de dois partidos e talvez com a instituição da eleição indireta” D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997, p.200. Estas regras que foram introduzidas com o AI-2, juntamente com as medidas repressivas exigidas pela linha dura para retomar a “operação limpeza”.

Goulart, respectivamente, presidente e vice-presidente da República –poderiam se tornar um plebiscito sobre o novo regime. Havia dúvidas a respeito do apoio que o governo alcançaria na opinião pública em virtude dos custos políticos provocados pelas cassações de parlamentares, expurgos no interior da burocracia civil e militar e repressão sobre as organizações sindicais e estudantis. O programa de estabilização econômica comandado pelos ministros Octavio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos era considerado “duro e difícil”, segundo palavras posteriores de Ernesto Geisel, para quem as medidas de austeridade teriam provocado “uma certa recessão”, causando “dificuldades na indústria e no comércio”.¹⁰

A economia no governo Médici apresentou um crescimento surpreendente, consolidando um tipo de desenvolvimento que privilegiava a grande empresa nacional, estatal e multinacional. O crescente endividamento externo do país e a deterioração na distribuição de renda¹¹ ficaram em segundo plano diante do controle da inflação e do aumento das exportações, garantido pelos incentivos governamentais e por um mercado mundial favorável. A expansão da economia brasileira refletiu-se nos indicadores do Produto Interno Bruto – PIB que subiu em torno de 11% ao ano entre 1970 e 1973. Para estimular a indústria, o ministro Antônio Delfim Netto expandiu o sistema de crédito ao consumidor e garantiu à classe média o acesso aos bens de consumo duráveis – de automóveis a aparelhos eletrodomésticos. Este setor, prioritário para as políticas econômicas, canalizou uma parcela significativa dos altos investimentos estrangeiros, que, em termos globais, passaram de cerca de US\$ 11,4 milhões para mais de US\$ 4,5 bilhões entre 1968 e 1973.¹² Estudos mostram que em função do desempenho da economia, na década de 70, o emprego urbano cresceu a uma taxa mais elevada (6,42% ao ano) do que a população urbana (4,83% anuais). Na criação de empregos na década

¹⁰ D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). *Op. cit.*, p. 173.

¹¹ Em que pese a relativa estabilização do crescimento dos preços entre 1964 e 1972, os indicadores evidenciam a deterioração na distribuição de renda, expondo a perversidade do modelo econômico. Entre 1960 e 1970, a parcela de renda apropriada pelos 40% mais pobres da população declinou de 15,8% para 13,3%, alcançando 10,4% em 1980 e 9,9% em 1990. CYSNE, Rubens Penha. *A economia brasileira no período militar*. In: SOARES, G. A. D. e D'ARAUJO, M. C. (orgs.), *21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1994.

¹² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 4. ed., Petrópolis (RJ): Vozes, 1987, p. 148.

de 70, o setor secundário – indústria de transformação, construção civil e outras atividades industriais – superou o setor terciário, de serviços sociais e pessoais.¹³

As taxas de rápido crescimento industrial facilitaram a construção da imagem de um país dinâmico que modernizava sua estrutura produtiva e promovia uma arrancada econômica. Os resultados favoráveis na economia criaram um clima de euforia, sobretudo entre segmentos da classe média e do empresariado e contribuíram para que os representantes do autoritarismo apresentassem avaliações e propostas diante das controvérsias sobre os benefícios do modelo político instituído após o AI-5. Para o então líder do governo no Congresso, senador Filinto Müller, a fase era de consolidação da obra “revolucionária”.¹⁴ Semelhante ao pensamento do chefe de polícia do Distrito Federal e notório torturador de presos políticos no Estado Novo (1937-1945) era o do senador Tarso Dutra (Arena-RS), para quem a “revolução” tinha cumprido a primeira etapa de seu programa fundamental, que era a consolidação das estruturas econômicas. Assim, deveria partir para o objetivo final, que seria a “consolidação democrática”.¹⁵ Já para o deputado Etelvino Lins, a popularidade do presidente Médici, a força e a unidade da Arena, ao lado do sucesso econômico, assegurariam o êxito das iniciativas no sentido de consolidar as experiências vitoriosas de oito anos revolucionários.¹⁶ O senador Mem de Sá (Arena-RS), por sua vez, ao despedir-se da vida pública em dezembro de 1970, reafirmou sua fé no regime e disse que a “democracia plena, a que é estável e liberta de subversões, golpes e eclipses, esta apenas nos chegará através do desenvolvimento econômico”. Identificado como um político solidário às teses do poder, o ministro da Justiça de Castelo Branco na fase que se seguiu à edição do Ato Institucional n. 2 (AI-2), em outubro de 1965, reiterava, assim, a necessidade de manter a prioridade do econômico sobre o político e apontava o caminho do fortalecimento do governo, de modo a assegurar a continuidade do desenvolvimento.¹⁷ A proposição do senador não teria obtido tanta repercussão se o país não vivesse uma fase de crescimento econômico, ao lado da mais total falta de perspectiva em direção ao restabelecimento das liberdades

¹³ FARIA, Vilmar. “Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego: A Experiência Brasileira dos Últimos Trinta Anos”. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T. de (orgs.). *Sociedade e Política Pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 151.

¹⁴ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1971.

¹⁵ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1972.

¹⁶ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1972.

¹⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1970.

suprimidas. No dia seguinte à sua publicação pela imprensa, ela seria comentada pelo *Jornal do Brasil* em editorial intitulado “Doutrina Perigosa”, segundo o qual “a tese do senador era no mínimo temerária e, em última análise, consistia em dizer que a democracia seria um luxo proibido para as nações subdesenvolvidas”.¹⁸ A formulação adotada pelo representante da imprensa liberal carioca chamava atenção para o fato de que as realizações no plano econômico não deveriam obscurecer a rigidez do sistema político. Embora o governo Médici apresentasse resultados favoráveis na economia, vivia-se o tempo de maior restrição à participação e influência sobre os centros decisórios, o que levou o general Golbery do Couto e Silva – um dos principais mentores da conspiração contra o governo Goulart e do governo Castelo Branco – a se manifestar em documento datado de 1972.

[...] a centralização do poder político nas mãos do Executivo, as restrições ainda existentes para a atividade política e o excessivo controle do Estado sobre a economia são todos riscos calculados, aceitos conscientemente de forma a assegurar uma rápida decolagem do país [...]. Além disso, a coerção excessiva gera muito mais perigos e tensões [...] Frequentemente, como nesse caso, há um certo grau de incompatibilidade entre os diversos objetivos em conjunto. Essa incompatibilidade só pode ser contornada por uma manobra estratégica a ser planejada e executada numa sucessão de etapas.¹⁹

Os indicadores positivos na economia foram acompanhados por declarações de representantes do autoritarismo que pediam a restauração das liberdades. Luís Viana Filho, governador da Bahia e ex-ministro do governo Castelo Branco, concordava que “tinha sido realizada uma obra excepcional no setor econômico-financeiro e no administrativo”, mas ressaltava que a “revolução devia ao povo brasileiro a instituição de um regime democrático, principal razão do movimento deflagrado em março de 1964”.²⁰ Na avaliação de José Magalhães Pinto – um dos organizadores civis e financiadores da conspiração contra Goulart e ministro durante a presidência do general Artur da Costa e Silva (1967-1969) –, senador pela Arena-MG, os “atos administrativos da revolução e outros êxitos igualmente importantes eram admitidos por todos”, mas reconhecia que o movimento de março de 1964 não tinha se consolidado no plano político: “o ideal é que se restabeleçam as liberdades públicas de acordo com as tradições do povo brasileiro”.²¹ E inúmeros editoriais do *Jornal do Brasil*

¹⁸ “Doutrina perigosa”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1970.

¹⁹ GASPARI, Helio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 198.

²⁰ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1971.

²¹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1971.

argumentavam: “A aspiração à normalidade constitucional, com a volta ao Estado de direito, ganha ênfase na medida em que o governo acerta em tantos setores administrativos e consegue com êxito evidente conduzir o Brasil pelo caminho do desenvolvimento firme e acelerado”.²² A formulação que vinculava as realizações no plano financeiro à normalização institucional tinha endereço certo. Alguns objetivos preconizados pelo movimento de 1964 haviam sido alcançados, não mais se justificando a intensa restrição imposta às liberdades políticas.²³ Em palestra na ESG em 1971, Roberto Campos notou que existiam vários pré-requisitos para a normalização política. Dentre eles, contando como fator positivo, estava o desenvolvimento econômico que, na sua avaliação, teria se tornado autossustentável.²⁴

A liberalização apareceu também vinculada ao término da contestação ao regime. Com a crise política de 1968 e o início das ações armadas da esquerda, novos critérios de segurança surgiram em relação ao esquema de poder. A adesão ao regime passou a requerer maior grau de lealdade, devido ao episódio da tentativa de processar o deputado Márcio Moreira Alves em 1968, no qual parlamentares da Arena não deram sustentação ao governo, resultando o conflito na edição do AI-5. Embora o movimento de oposição institucional tenha ficado circunscrito ao território das novas regras impostas pelo AI-5, o deputado Clóvis Stenzel (Arena-RS) declarou que “só haveria clima de confiança entre governo e oposição, para se atingir a estabilidade democrática, se as atividades subversivas fossem isoladas da vida político-partidária e institucional”.²⁵ Apesar do discurso do deputado, a principal preocupação relacionada às atividades contestatórias era, sobretudo, com as forças de esquerda que realizavam ações armadas. A estratégia assumida pela oposição institucional após 1968 seguiu os rumos da crítica às políticas do governo e não os da contestação ao regime.

Quanto aos focos militaristas de esquerda, há informações de que, desde o início do ano de 1970, suas ações estavam em declínio. Ainda em janeiro, os organismos

²² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1971.

²³ O fato da liberalização não ser desencadeada durante o governo Médici, auge dos indicadores positivos na economia, levou o senador Jarbas Passarinho ao seguinte depoimento: “o único reparo que me ocorreria fazer está em não ter o presidente Médici promovido a abertura política ao fim de seu mandato. Vivíamos, então, os efeitos salutares de uma economia de prosperidade, um desenvolvimento auto-sustentável, com índices superiores (...)”. SCARTEZINI, A.C. *Segredos de Médici*. São Paulo: Marco Zero, 1985, p.10.

²⁴ CAMPOS, Roberto. *Instituições políticas*, *Op.cit.*, p.30.

²⁵ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1969.

policiais e militares incumbidos da segurança interna anunciaram o êxito das medidas repressivas. A Operação Bandeirante (OBAN) – centro de investigações e tortura criado em 1969 pelo Exército, com financiamento de grandes empresários nacionais e internacionais –, que a coordenava e integrava as ações dos órgãos de combate às organizações armadas de esquerda durante o regime autoritário dava como praticamente extintas as ações organizadas por tais grupos.²⁶ A avaliação dos órgãos de segurança teve grande repercussão na imprensa, como podemos observar no editorial do *Jornal do Brasil*, segundo o qual

não há como negar que todos os retrocessos políticos nas tentativas de reintegrar o Brasil no seu destino democrático acusavam a presença da subversão (...). Assim, o anúncio do êxito da Operação Bandeirantes transcende o sentido da operação repressiva para adquirir dimensão política, capaz de marcar o fim do processo que nos arrastou às vicissitudes antidemocráticas. Estancada esta fonte de inquietação e de anormalidade política pode-se não apenas esperar como pleitear em maior segurança uma escalada democrática.²⁷

Em palestra na ESG em agosto de 1970, a equipe do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) confirmou o diagnóstico sobre as organizações de esquerda no Brasil. A capacidade de ação da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e da Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), as mais ativas organizações, estava enfraquecida quanto à quantidade de seus membros. As duas organizações teriam no máximo, em conjunto, aproximadamente 300 militantes e simpatizantes.²⁸ Como a tendência ao controle da esquerda armada se acentuou, Roberto Campos, em palestra na ESG em setembro de 1971, anunciou o progresso alcançado na exigência dos pré-requisitos da normalização: a “contenção da guerrilha revolucionária e a diminuição da intensidade do terrorismo urbano”. Todavia, o ex-ministro, não sabia se tratava-se de um “recuo tático ou de real esgarçamento do movimento subversivo”.²⁹ Nessa ressalva estão os argumentos que continuaram a sustentar a posição de manutenção das atividades repressivas após o desencadeamento da liberalização em 1974. A confirmação dos resultados positivos sobre as forças da esquerda armada não deveria significar a desestruturação do trabalho das forças de segurança. Em janeiro de 1970, a OBAN havia comunicado que os “inimigos não

²⁶ *O Estado de São Paulo*, 6 de janeiro de 1970.

²⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1970.

²⁸ EQUIPE do CENIMAR. Atuais movimentos subversivos no Brasil. Conferência proferida na ESG em 13 de agosto de 1970.

²⁹ CAMPOS, Roberto. *Instituições políticas*, Op. cit., p.29.

teriam a menor possibilidade de rearticulação se o governo mantivesse a mesma linha de comportamento”. Em contrapartida, advertia, se a ação repressiva fosse atenuada, os comunistas reimplantariam o clima de intranqüilidade em todo o território nacional.³⁰

Ao lado da redefinição das regras do regime e dos procedimentos de participação, é preciso considerar a atuação do aparelho repressivo do Estado, pois a escolha da força como meio privilegiado para obter obediência às normas políticas exigiu que os órgãos de segurança ocupassem um lugar de destaque. Se estabelecermos uma hierarquia entre os componentes institucionais da estrutura repressiva de acordo com a responsabilidade de conter a contestação à ordem autoritária, verificaremos que os serviços secretos se encontravam em primeiro plano em comparação à Justiça Militar, à Lei de Segurança Nacional e à censura. Detentores dos segredos vitais do Estado, os órgãos de inteligência constituíram no Brasil pós-64 um dos núcleos centrais do poder e sua montagem e comando ficaram sob responsabilidade dos militares. Os diversos órgãos da polícia política constituíram a comunidade de inteligência, onde se destacava o Serviço Nacional de Informações (SNI), comandado por oficiais-generais do Exército. O SNI não era um órgão executante, porém o mais importante órgão de informação pelas prerrogativas de que dispunha para vigiar e acompanhar áreas da sociedade civil, política e do próprio aparelho de Estado, incluindo os serviços de inteligência das Forças Armadas espalhados por diversas regiões do país.³¹

Conectada aos três ramos das Forças Armadas, criou-se também uma rede de serviços secretos com unidades especializadas: Centro de Informações do Exército (CIE), Destacamento de Operações de Informações (DOI) / Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) pertencentes ao Exército, Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). A forma como os organismos de repressão executavam suas ações provocou impacto em setores da sociedade e na estrutura da autoridade militar. O desgaste das corporações com denúncias de torturas e desaparecimentos de presos políticos foi o capítulo mais visível dessa história de violência do Estado. Uma questão de menor transparência diz respeito à erosão da hierarquia militar provocada pela maior autonomia conquistada pelos órgãos de repressão de acordo com a importância assumida no combate à contestação

³⁰ *O Estado de São Paulo*, 6 de janeiro de 1970.

³¹ STEPAN, Alfred. *Os Militares: Da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

aos governos. A rivalidade e a competição pelas informações, bem como a necessidade de segredo nas operações e de rapidez nas investigações, levavam os organismos a rejeitar a cadeia oficial de comando à qual deveriam submeter-se e prestar contas. Documentos do SNI produzidos no governo Geisel (1974-1979) evidenciam que faltava “coordenação entre os centros de informações militares ou até mesmo entre o CIE e os DOI/Ex”.³² Relatos de Geisel dão conta de que o CIE sonegava informações ao SNI, dificultando o acompanhamento das operações que deveriam ser comunicadas ao presidente. Criado por Costa e Silva em 1967 à semelhança do que existia na Marinha com o CENIMAR e na Aeronáutica com o CISA, o CIE tornou-se o órgão mais poderoso do aparato repressivo. Sua criação, no entanto, foi um erro, diria Geisel, pois levou a uma superposição, abrindo-se “um processo de descentralização que ia permitir que as ações particulares ou isoladas desenvolvidas por esses órgãos fugissem ao controle da Presidência”.³³ Por causa da autonomia adquirida tanto no Estado como na própria corporação, o general Golbery do Couto e Silva chegou a declarar que a comunidade de segurança se tornara perigosa no final de 1973. Em uma série de entrevistas concedidas a Alfred Stepan sobre os motivos da liberalização no Brasil, o idealizador e criador do SNI disse que a autonomia e a radicalização das forças de segurança, originadas da campanha antiguerilha de 1969-72, apresentavam uma dupla ameaça aos militares. Os perigos da dominância da comunidade de segurança encontravam-se na possibilidade de “fragmentação” dos militares e de “distanciamento cada vez maior entre as forças fundamentalmente moderadas da sociedade brasileira e os militares brasileiros”.³⁴

A violência praticada pelos órgãos repressivos do Estado sempre foi cultivada pelos dirigentes militares, situando-se no centro da estratégia para consolidar o autoritarismo, cujo propósito era desmobilizar e despolitizar a sociedade. A violência atingiu formas extremas de ilegalidade, chegando a adquirir traços que a aproximasse do terrorismo totalitário entre 1969 e 1973. O Estado expandiu o perfil policial no controle da sociedade e os indivíduos perderam por completo as garantias legais, ficando desprotegidos ante as ameaças dos aparatos de segurança que não conheciam limites para as suas operações. A falta de controle dessa estrutura paralela de poder,

³² CASTRO, Celso. “As Apreciações do SNI”. In: CASTRO, C. e D’ARAUJO, M. C. (orgs.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2002, p. 52.

³³ D’ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). *Op. cit.*, p. 228.

³⁴ STEPAN, Alfred. *Op. cit.*, p. 48.

apontada pelas declarações de Geisel e Golbery, ficou mais visível após 1969, quando foram ampliadas as atividades de planejamento e execução das tarefas repressivas para conter os opositores, sobretudo a esquerda armada.

Apesar do enfraquecimento das ações militaristas de oposição, os organismos do aparato de segurança como a OBAN pediram a continuidade das ações repressivas para que a esquerda armada se reorganizasse. O presidente Médici, em aula inaugural na ESG, em janeiro de 1970, proferida logo após a comunicação, no mesmo mês, dos êxitos da OBAN, exaltou os “agentes injustiçados de segurança que enfrentavam o perigo aberto da contestação” e afirmou que, no “atendimento da tranquilidade (...) até que esteja seguro de que o terrorismo não mais perturba o esforço nacional pelo desenvolvimento, usaria, em plenitude, os poderes que a Constituição colocara em suas mãos.”³⁵ Os poderes que a Constituição de 1967 colocou à disposição de Médici eram bem superiores aos dos presidentes anteriores. Mais do que em qualquer outro período, a ordem institucional (AI-5) sobrepuja-se à ordem constitucional, modificada e outorgada pela Emenda Constitucional n. 1, de outubro de 1969, quando foi ampliada no texto a noção de segurança nacional,³⁶ refletindo a prioridade em fortalecer o aparato repressivo voltado para a defesa da segurança interna. Para enfrentar o dilema da coexistência das duas ordens jurídicas, o deputado federal Etelvino Lins (Arena-PE) defendeu a reforma da Constituição e propôs, em agosto de 1971, a incorporação do AI-5 e de toda legislação excepcional ao texto constitucional, transformando-a em medida permanente, mas de aplicação transitória, como o estado de sítio. Dessa forma, retirando-se o caráter de excepcionalidade desse instrumento, propiciar-se-ia a institucionalização da “revolução” com a manutenção do nível de segurança e, conseqüentemente, a normalização da situação política nacional.³⁷ A proposta de Etelvino Lins, visando legalizar o autoritarismo, era apenas uma entre as várias que alimentaram o debate político da época. Em conferência na ESG em julho de 1971, o líder do governo na Câmara dos Deputados, Geraldo Freire (Arena-MG), não considerou oportuna a construção de um novo modelo, pois, para ele, o modelo estava pronto e “tinha por base a Constituição que era a revolução de 1964 institucionalizada”.

³⁵ MÈDICI, Garrastazu. “Aula inaugural na ESG” em 10 de março de 1970, p.20.

³⁶ BORGES, Nilson de. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos Militares”. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. (orgs.). *O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX – O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 4.

³⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 de 1971.

Um dos pontos desse modelo referia-se à organização partidária. Freire afirmou que “tudo contribui para que, sob a égide da Constituição e das leis, tenhamos confiança na nossa organização partidária (...)”.³⁸ A manutenção do sistema bipartidário – implantado em 1966, a de acordo com o AI-2, que extinguiu o sistema partidário construído a partir de 1946 –, porém dinamizado, era também aconselhada por Roberto Campos que propôs, durante palestra na ESG, em agosto de 1971, a restauração da Constituição de 1967 como meio de melhorar a institucionalização política e preservar o sistema revolucionário. Para responder esse último objetivo, “deveria-se incorporar o que havia de existencialmente necessário no AI-5”.³⁹ Já o comandante da ESG, general Rodrigo Otávio, utilizava o termo “imobilismo constitucional” para caracterizar a situação política brasileira e propunha conciliar a existência de segurança com a redução do coeficiente de arbítrio.⁴⁰ E Pereira Lopes (Arena-SP), presidente da Câmara dos Deputados, não desejava misturar “constituição” com “ato”, preferindo que o decurso do tempo tornasse o último extinto em favor de uma Constituição sem exceção. Em palestra na ESG em setembro de 1971, o deputado sugeriu que se compreendesse o AI-5 como medida de exceção que não podia aspirar à permanência.⁴¹

Diversas propostas para reorganizar o regime estavam em debate no governo Médici. Nesse contexto, devemos pensar o resgate do projeto de distensão política, considerado neste trabalho uma estratégia amadurecida e articulada que visava amenizar o grau de coerção, mas garantindo a continuidade do autoritarismo.⁴² Inicialmente, é preciso reconhecer que a vontade de Médici foi determinante na escolha de Geisel para sucedê-lo na Presidência da República.⁴³ A iniciativa de Médici teve origem em janeiro de 1971, quando o presidente se reuniu com colaboradores próximos – entre eles o general João Batista Figueiredo, chefe do Gabinete Militar – e juntos

³⁸ SILVA, Geraldo Freire de. “Organização e dinâmica partidária”. Conferência proferida na ESG, em 27 de julho de 1971, p.24.

³⁹ Roberto Campos afirmou que seu “modelo parecia preferível às alternativas veiculadas na discussão corrente, a saber: (1) a teoria das ordens paralelas, que aceitava uma coexistência indefinida de duas ordens conflitantes – a ordem constitucional e a ordem institucional; (2) a teoria da institucionalização do arbítrio, que a tanto equivaleria o simples enxerto do Ato Institucional nº 5 no corpo constitucional; (3) a teoria da reversão romântica, que faria *tabula rasa* das construções jurídicas da revolução, advogando o retorno irrealista à democracia formal de antanho”. CAMPOS, Roberto. “Institucionalização política nos países em desenvolvimento” (2ª parte), palestra realizada na ESG em 26 de agosto de 1971, p.22.

⁴⁰ Citado em CAMPOS, Roberto, *Instituições Políticas...* (2ª parte), *Op. cit.*, p.49.

⁴¹ LOPES, Pereira. “O Poder Legislativo. A Câmara dos Deputados”. Conferência proferida na ESG em setembro de 1971, p.23.

⁴² CARVALHO, Aloysio Castelo de. “Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário”. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, nº 1, 2005.

⁴³ D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). *Op. cit.*, p. 258.

aprovaram a candidatura de Geisel, um nome nacional que supostamente preservava a unidade militar. A partir dessa data até sua posse em janeiro de 1974, Geisel contou com um círculo íntimo de colaboradores que estabeleceu contatos com a área militar, o governo e setores do sistema político e da sociedade civil, formulando questões sobre as mudanças na organização do Estado. Enquanto o general Golbery entrava em contato com o empresariado, o ministro de Exército general Orlando Geisel e o general João Batista Figueiredo movimentavam-se dentro da burocracia militar do governo. Desse núcleo irradiador da proposta de distensão do regime também fizeram parte, entre outros, o marechal Cordeiro de Farias, ministro do Interior no governo Castelo, além de Heitor Ferreira de Aquino que era ligado por laços de amizade a Roberto Campos e foi assistente de Golbery no SNI e assistente de Geisel na Petrobras.⁴⁴

Se no plano intragovernamental ocorreu uma articulação de apoio a Geisel, no plano institucional militar a ESG promoveu debates sobre o modelo político. Responsável pela preparação ideológica e técnica dos quadros militares e civis que assumiram posições dirigentes no Estado após 1964, a ESG tornou-se, durante o governo Médici, um centro de aferição e difusão de propostas no campo político-institucional. Atores comprometidos com o regime – parlamentares, autoridades do Executivo e militares – apresentaram as diferentes visões para institucionalizá-lo, dividindo-se entre a permanência e a extinção do AI-5. Embora restrito, o debate acabou ultrapassando os marcos da instituição militar e, em alguns momentos, ganhou repercussão na imprensa. Foi o caso, por exemplo, da palestra do ministro da Justiça Alfredo Buzaid na ESG em julho de 1970. Ele via como improvável a incorporação do AI-5 à Constituição e defendia a manutenção das duas ordens, a constitucional e a institucional.⁴⁵ No dia seguinte a esta declaração, o editorial do *Jornal do Brasil*, referindo-se a ela, respondeu:

⁴⁴ GASPARI, Helio. *Op. cit.*

⁴⁵ Héglio Trindade vê em Buzaid um dos representantes da corrente integralista que teria compartilhado o poder no governo Médici. O autor detecta a existência de uma nova tentação fascista, possibilitada pela formação de uma atmosfera favorável à ação de radicais de direita. Sua origem estaria no vácuo político formado após a rápida queda de Goulart e nas disputas internas pelo poder pós-64 entre os moderados da "Sorbonne", representados pelo presidente Castelo, e a "linha dura" comandada pelo ministro da Guerra Costa e Silva, que acabou liberando o avanço das forças repressivas após o AI-5. A tentação fascista representaria a ruptura com a base civil udenista ocorrida após a doença de Costa e Silva, quando se decidiu que uma junta militar assumiria o poder. TRINDADE, Héglio. "O Radicalismo Militar em 64 e a Nova Tentação Fascista". In: SOARES, G. A. D. e D'ARAUJO, M. C. (orgs.). *21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1994.

[...] que o movimento militar que pôs fim ao governo Goulart foi concebido e posto em prática de acordo com a tradição política brasileira, com o objetivo precípua de restaurar a ordem no país, francamente ameaçada. Por esse motivo o movimento de março de 1964 teria contado com o apoio da opinião pública. Como decorrência, a palavra revolução teria uma inequívoca conotação de transitoriedade, o que implicava a ideia de instabilidade. O caminho da estabilidade seria o contrário do permanente estado revolucionário.⁴⁶

Questões como o tempo de intervenção das Forças Armadas, avaliação da conjuntura econômica, segurança do Estado, incluindo as atividades da esquerda armada, e modelo político adquiriram prioridade na agenda de discussão da ESG, contribuindo para a constituição de um campo de forças que não questionava o modelo burocrático-autoritário. A divergência central dava-se em torno das proposições de manter o regime fechado politicamente (linha dura) ou continuar com o regime, mas reduzir o coeficiente de arbítrio, pois “o arbítrio excessivo, segundo Roberto Campos, passa a ser uma disfunção pela diminuição de insumos informativos e críticos”.⁴⁷ Em conferência na ESG, em agosto de 1971, o ex-ministro propôs que o Estado adotasse a seguinte estratégia:

[...] A estratégia proposta é a do gradualismo no desenvolvimento político, ou seja, a teoria da descompressão controlada, a que se referiu Arpad von Lazar. Baseia-se ela no conceito de que não há democracia sem correr riscos, cingindo-se o problema de restauração democrática a aceitar riscos calculados sem incorrer em riscos apocalípticos. Procurar-se-á ajustar o ritmo desejável de aumento de participação popular ao incremento possível do grau de institucionalização política.⁴⁸

Para a linha de pensamento de Roberto Campos, que defendera na ESG em junho de 1970 a diminuição do componente de coação,⁴⁹ convergiam outras declarações surgidas no âmbito do sistema político e da sociedade civil. O senador Milton Campos já havia tornado público, em discurso feito no Congresso Nacional, uma posição divergente em relação à decretação do AI-5. O governador da Bahia Luiz Viana Filho, chefe da Casa Civil no governo Castelo, pregava a "retomada

⁴⁶ Transitório e permanente. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 de julho de 1970, p. 4.

⁴⁷ Citação feita pelo deputado da Arena Etelvino Lins Albuquerque, que resgatou o pensamento de Roberto Campos. Ver “Etelvino acha clima propício para conciliação”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1972, p. 3.

⁴⁸ CAMPOS, Roberto. Conferência realizada na ESG em 26 de agosto de 1971.

⁴⁹ “Nosso objetivo deve ser, portanto, diminuir o componente de coação, substituindo-o pelo de informação, e legitimando o sistema pela reconciliação democrática”. CAMPOS, Roberto, palestra na ESG realizada em 9 de junho de 1970.

democrática" ⁵⁰ e o marechal Cordeiro de Farias, um dos líderes do movimento de 1964, demandava a redução da coerção estatal. Em palestra na ESG em março de 1970, o ex-ministro do Interior de Castelo fez críticas ao desfecho da crise de 1968 e afirmou que o “AI-5 afastava da Revolução uma grande e numerosa classe que pelo menos moralmente ficou sem situação para defendê-la.”⁵¹

As declarações dos protagonistas do autoritarismo que se tornaram de domínio público, somadas à articulação do grupo intragovernamental de apoio à candidatura de Geisel, são claros sinais de que a dinâmica do processo político no governo Médici foi marcada por disputas em torno da sucessão e por intensas polêmicas sobre o modelo político a ser institucionalizado. Mostram também que alguns segmentos próximos aos centros de poder defendiam uma clara estratégia de resistência aos rumos que o Estado tomara após a decretação do AI-5. Ao questionar a manutenção de um tipo de autoritarismo mais dependente do apoio das Forças Armadas, que desacreditava por completo as tradicionais mediações institucionais, a corrente mais moderada acabou galvanizando opiniões que ultrapassavam as fronteiras do aparelho de Estado. Alguns representantes da imprensa liberal, que apoiaram o golpe em 1964, pronunciaram-se sobre a evolução do regime. Apesar da forte censura à qual estavam submetidos, construíram um discurso de aproximação com os grupos favoráveis à diminuição do grau de coerção estatal. Foi o caso do *Jornal do Brasil* que, embora não contestasse a ordem instituída, adotou uma linha editorial que procurava ampliar o exíguo campo de crítica a um regime que perdera as referências legais. O jornal adotou uma estratégia discursiva de resistência ao autoritarismo inaugurado após a decretação do AI-5. Exaltou o compromisso original dos dirigentes militares, argumentando que a defesa do Estado de Direito permitira o acordo entre as Forças Armadas e setores da sociedade na deposição de Goulart. Nos textos do *Jornal do Brasil* sobressaía a ideia de que o caminho para se encontrar a estabilidade política exigia a garantia dos direitos dos indivíduos e o reconhecimento das tradicionais instituições representativas da opinião

⁵⁰ “Luís Viana quer líderes na luta pela democracia”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1971, p. 3.

⁵¹ “Examinando, de início, o caso Márcio, que tantos prejuízos causou e está causando ao Brasil, no seu caminho para a redemocratização (...) Nesse episódio, faltou ao Poder Executivo iniciativa agressiva mas construtora (...) E me indago, em termos de Brasil, sem poder responder, quais as vantagens daquela medida. Ao contrário, pesaroso, percebo que nosso Movimento, sem compreender a guerra, fez o jogo do inimigo (...)”. FARIAS, Cordeiro de. Palestra realizada na ESG em 31 de março de 1970, p. 11.

pública contempladas na cultura liberal-democrática. O jornal que utilizamos como uma das fontes do trabalho, não apenas espelhou uma luta interna que se travava nos bastidores do Estado entre as diversas tendências em disputa pela sua direção. Ele acabou por ser um campo produtor de significados correspondentes às demandas dos atores que viam na diminuição do grau de autoritarismo sobre a imprensa, os partidos, as eleições e o Legislativo o primeiro passo para caminhar no sentido de um Estado mais controlado pela sociedade, prescindindo, assim, da intervenção militar direta na vida política.

Formulada em um contexto de crescimento econômico do país e de maior retração das instituições da sociedade civil diante do Estado, a estratégia de distensão explica-se, sobretudo, pelos antecedentes ideológicos da cultura política e dos diversos atores,⁵² cujos componentes liberais se manifestaram até mesmo no discurso adotado pelos dirigentes militares comprometidos com a ideia de uma democracia forte. Esta deveria ser instrumentalizada com as necessárias salvaguardas de defesa do Estado, afinal não se poderiam esquecer os riscos e desafios enfrentados no último período democrático durante o governo Goulart. Todavia, permanecia o compromisso de se construir um regime que mantivesse pontos de contato com os princípios da ordem liberal. Os dirigentes militares perceberam limitações no autoritarismo instituído após a crise de 1968, principalmente os integrantes do grupo que assumiu maiores responsabilidades no governo Castelo, do qual fizeram parte Geisel e Golbery. Identificados como a corrente mais moderada, eles mostraram intenções de estruturar um Estado que buscasse algum fundamento de sua legitimidade também no desempenho eleitoral. Os dirigentes foram influenciados pelo pensamento de que deveriam reativar os mecanismos eleitorais e partidários em torno dos quais os regimes políticos no mundo ocidental democrático comumente adquirem a base de sua legitimidade. Com esse objetivo deve ser compreendida a ascensão de Geisel à Presidência, que representaria a retomada, em linhas gerais, do projeto castelista⁵³ idealizado no primeiro governo. O objetivo que se esboçava, portanto, continuava a ser

⁵² Ao discutir a liberalização política, Bolívar Lamounier enfatiza a força da tradição liberal e pluralista do sistema político brasileiro. LAMOUNIER, Bolívar. “O Brasil Autoritário Revisitado: O Impacto das Eleições sobre a Abertura”. In: STEPAN, A. (org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁵³ Ao esclarecer o processo sucessório no governo Médici e o surgimento de sua candidatura, Geisel reconhece a existência de uma corrente castelista, da qual fariam parte Golbery, Luiz Viana e Roberto Campos. D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). *Op. cit.*, p. 257.

o da institucionalização de um regime que anunciava medidas liberalizantes, mas as condicionava à consolidação do projeto autoritário.⁵⁴

Procurei defender a ideia de que a proposta de liberalização do regime estava presente no universo ideológico dos dirigentes e sua implementação, a partir de 1974, resultou do conflito interno de um sistema de poder orientado pela concepção de que o autoritarismo garantiria as condições para a expansão econômica capitalista. Baseados na Doutrina de Segurança Nacional, os dirigentes criaram um Estado de controle repressivo que, no decorrer dos sucessivos governos militares, estrangulou as antigas estruturas institucionais representativas herdadas do modelo liberal democrático. A retomada da liberalização no âmbito da liderança militar e civil autoritária vai ao encontro da linha de abordagem que enfatiza a autonomia do núcleo dirigente e sua capacidade de assumir a iniciativa das mudanças, manifestada nas articulações da candidatura de Geisel e na consciência de que, para além da eficácia econômica conseguida nos início dos anos 70, emergia o problema da legitimidade⁵⁵ das regras políticas.

A revitalização dos mecanismos representativos clássicos, eleitorais e partidários não refletiu modificações no equilíbrio de forças entre a oposição e os protagonistas do regime, mas teve sua origem na luta intragrupos dirigentes ocorrida no período mais repressivo do ciclo militar inaugurado em 1964. Aceitar, todavia, que a liberalização foi originalmente desencadeada em função das dificuldades do regime em resolver suas contradições internas⁵⁶ não significa negar a presença do fator pressão por parte da oposição. Mas, sim, dimensionar seu tempo de entrada no cenário político e

⁵⁴ Na análise da documentação do Arquivo Geisel sobre o Ministério da Justiça, cujo titular era Armando Falcão, D'Araujo nota que, antes da posse, havia a "nítida preocupação do futuro ministro em desenvolver ações que permitissem o aprimoramento da 'Revolução' e que reforçassem os instrumentos para o controle do governo sobre a oposição". "O ministério após a posse de Geisel assumiu uma linha de ação no sentido de consolidar a 'Revolução'"; para tanto deveria promover a institucionalização da "Revolução através de uma reforma da Constituição que produzisse um modelo político brasileiro". Isso significava a manutenção e o aprimoramento do bipartidarismo, o fortalecimento da Arena e a instrução de seus quadros para serem mais agressivos no Congresso na defesa do governo. D'ARAÚJO, Maria Celina. Ministério da Justiça, o Lado Duro da Transição, in CASTRO, C. e D'ARAÚJO, M. C. (orgs.), *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2002, p. 26 e 35.

⁵⁵ Segundo Geisel, "Um presidente, agora, não vai poder se apoiar exclusivamente nas Forças Armadas. Nem nos políticos. [...] Bom era no tempo dos reis. O problema da legitimação era simples [...] Depois inventaram esse negócio de povo". Pensamentos de Geisel registrados no diário de Heitor Ferreira, 16 de fevereiro e setembro de 1972. GASPARI, Helio. *Op. cit.*, p. 233.

⁵⁶ MARTINS, Luciano. "A Liberalização do regime Autoritário no Brasil". In: O'DONNELL, G., SCHMITTER, P. e WHITEHEAD, L. (eds.). *Transições do regime Autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988.

sua influência sobre o ritmo e o alcance das medidas iniciadas em 1974. Somente após o anúncio da liberalização feito pelo presidente Geisel, as lideranças da oposição e as instituições da sociedade civil assumiram uma postura mais ativa, no sentido de exercer a crítica ao regime e incentivar a participação popular. A debilidade das forças comprometidas com a democracia⁵⁷ contribuiu para uma transição que se estendeu por um longo tempo, ficou sob relativo controle da cúpula militar e desaguou em um compromisso político conservador, garantindo a presença das elites dissidentes do regime autoritário no comando do primeiro governo civil após as Forças Armadas se retirarem do poder, quando teve início a Nova República (1985-1990).

A distensão/abertura distinguia-se do projeto de democratização da oposição. As medidas liberalizantes iniciadas por Geisel estavam condicionadas à institucionalização de um tipo de regime pós-autoritário com restrições democráticas. No projeto de distensão/abertura enquadrava-se a manutenção das ações das forças de segurança, mais controladas pela cúpula militar. A retirada das Forças Armadas da direção do Estado implicaria a sua substituição por um esquema civil de confiança baseado no partido do governo, de modo a preservar os interesses institucionais das corporações. Como integrantes do aparelho de Estado, os militares deveriam continuar a exercer sua influência sobre o sistema político, a fim de garantir a institucionalização de um poder voltado para moderar a participação popular na constituição dos governos e na formação das suas decisões.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 4. ed., Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.
- BORGES, Nilson de. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos Militares”. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. (orgs.), *O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX – O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 4.
- CARVALHO, Aloysio “Castelo de. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário”. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, nº 1, 2005.

⁵⁷ É esclarecedora a observação de Werneck Vianna, segundo a qual o processo de transição à democracia revelou os efeitos da modernização autoritária conduzida pelo regime militar. O autor refere-se à degradação da esfera pública: “Chega-se à democracia política sem cultura cívica, sem vida associativa enraizada, sem partidos de massa e, mais grave ainda, sem normas e instituições confiáveis para garantias de reprodução de um sistema democrático”. WERNECK VIANNA, Luiz. “República e Civilização Brasileira”. In: BIGNOTTO, N. (org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 150.

- CASTRO, Celso. “As Apreciações do SNI”. In: CASTRO, C. e D’ARAUJO, M. C. (orgs.), *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2002.
- CYSNE, Rubens Penha. “A economia brasileira no período militar”. In: SOARES, G. A. D. e D’ARAUJO, M. C. (orgs.), *21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1994.
- D’ARAUJO, Maria Celina. “Ministério da Justiça, o Lado Duro da Transição”. In: CASTRO, C. e D’ARAUJO, M. C. (orgs.), *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2002.
- _____ e CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.
- FARIA, Vilmar. “Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego: A Experiência Brasileira dos Últimos Trinta Anos”. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T. de (orgs.). *Sociedade e Política Pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- FICO, Carlos. *Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FLEISCHER, David. “Manipulações Casuísticas do Sistema Eleitoral durante o Período Militar, ou como Usualmente o Feitiço se Volta contra o Feiticeiro”. In: SOARES, G. A. D. e D’ARAUJO, M. C. (orgs.). *21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1994.
- GASPARI, Helio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- LAMOUNIER, Bolivar. “O Brasil Autoritário Revisitado: O Impacto das Eleições sobre a Abertura”. In: STEPAN, A. (org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MARTINS, Luciano. “A Liberalização do regime Autoritário no Brasil”. In: O’DONNELL, G.; SCHMITTER, P. e WHITEHEAD, L. (eds.). *Transições do regime Autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988.
- O’DONNELL, G. e SCHMITTER, P. *Transições do Regime Autoritário: Primeiras Conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.
- PESSANHA, Charles. “O Poder Executivo e o Processo Legislativo nas Constituições Brasileiras: Teoria e Prática”. In: VIANNA, L. W. (org.). *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Crônica do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- STEPAN, Alfred. *Os Militares: Da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- TRINDADE, Héliogio. “O Radicalismo Militar em 64 e a Nova Tentação Fascista”. In: SOARES, G. A. D. e D’ARAUJO, M. C. (orgs.). *21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1994.

WERNECK VIANNA, Luiz. “República e Civilização Brasileira”. In: BIGNOTTO, N. (org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.